

vos municipais, rol básico das séries documentais, diretrizes genéricas para a gestão documental.

261 **Conscientização para a diminuição do ruído nas escolas: uma preocupação do poder público com a saúde auditiva das crianças e a melhoria do rendimento escolar**

João Gualberto de Azevedo Baring
Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)
Processo 1998/14178-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

A legislação brasileira limita a exposição ao ruído em, no máximo, 85 dB(A), por 8h de trabalho, para prevenir a perda de audição, o stress, a falta de concentração e os prejuízos ao desempenho, disso decorrentes. Nas escolas, prevenção semelhante deve ser adotada, pois os alunos, inadvertidos sobre os malefícios dos excessos em suas gritarias, nos intervalos e recreios, chegam a expor-se a níveis altíssimos, havendo registros de valores de até 110 dB(A), o que, pela referida legislação, corresponde a uma exposição máxima de apenas 15 minutos. O Programa de Saúde Auditiva, da Prefeitura do Município de São Paulo, iniciou um trabalho nesse sentido, com alunos e professores, procurando recentemente o IPT, devido aos seus 25 anos de experiência com controle de ruído, visando conseguir apoio para o aprofundamento e expansão do programa. Decidiu-se então, transformar essa intenção em um projeto para a FAPESP.

262 **Proposição de políticas públicas a partir de modelos de avaliação e gestão de impactos socioambientais da visitação pública nas unidades de conservação do Estado de São Paulo**

José Carlos Barbieri
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Processo 1998/14175-5
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2005

As unidades de conservação e de produção florestal de domínio público do Estado de São Paulo, cerca de 900 mil hectares, recebem mais de 1.900.000 visitantes, anualmente. Estes se concentram, tanto temporal quanto espacialmente, sobretudo em: Parque Estadual de Campos do Jordão (150.000), Estação Ecológica Juréia-Itatins (178.000), Parque Estadual da Capital Alberto Loeffgren (270.000), Parque Estadual do Jaraguá (216.000), Parque Estadual Juqueri (144.000), Estação Experimental de Tupi (80.000), Estação Experimental de Assis (80.000) e Parque

Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (230.000) – dados de 1997. Essa visitação concentrada tem acarretado problemas de ordem ambiental e de ordem socio-cultural. A situação pode tornar-se mais complexa, ao se considerar que é política do governo estadual aumentar tal visitação – de forma desconcentrada – visando à autossustentabilidade das referidas unidades, inclusive mediante geração de receitas. A exemplo de outros países, e de outros estados brasileiros, além do próprio governo federal, o Estado de São Paulo pesquisa instrumentos de planejamento e de gestão dos impactos advindos da visitação. A literatura é bastante vasta nesses assuntos e são inúmeras as experiências de aplicação em vários países – inclusive o Brasil – e vários os métodos e instrumentos empregados. No entanto, essa diversidade não permite, até o momento, a escolha daqueles mais adequados para a realidade paulista, tanto em termos socioambientais, quanto em relação à cultura e estrutura gerencial das unidades de conservação e de produção florestal. É propósito deste projeto a adequação desses instrumentos, visando a definição de políticas públicas eficientes.

263 **Políticas públicas do município de Pirajú: o patrimônio ambiental e cultural como bens de uso comum do povo (diagnóstico, gestão e avaliação)**

José Luiz de Moraes
Museu de Arqueologia e Etnologia
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14171-0
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Esta proposta tem suas raízes no período em que participamos diretamente da administração pública do município de Piraju, na qualidade de secretário municipal de planejamento e meio ambiente. Quando implantamos a pasta municipal, fizemos prevalecer nossa formação e exercício acadêmico, dando a ela um perfil que valorizasse os atributos ambientais do município, nos segmentos físico-biótico e sócio-econômico-cultural. Naquela ocasião, por meio do projeto Paranapanema, com o apoio da FAPESP (proc. 95/04409-0), desenvolvemos um projeto de pesquisa básica, com perfil predominantemente acadêmico, relacionado com a temática “políticas públicas na área de urbanismo”. Em dezembro de 1996, a municipalidade editou a Lei 2.058, instituindo a “Política municipal de urbanismo de Piraju”, como produto deste estudo. A proposta ora em epígrafe busca focalizar, em moldes semelhantes, iniciativas ligadas ao patrimônio ambiental e cultural, com ênfase nos bens arqueológicos. Colocada à margem da industrialização, Piraju optou pelo turismo como forma de desenvolvimento social e econômico. E a fundamentação dessa atividade

são os cenários paisagísticos notáveis (em especial o rio Paranapanema), os sítios e o acervo arqueológico e a rica arquitetura eclética produzida no apogeu da cafeicultura, durante a República Velha. Todavia, a otimização do uso social e econômico desse patrimônio, no âmbito das atividades turísticas, requer diagnósticos, modelos de gestão e avaliação permanente, de modo a não comprometê-la de forma negativa. O envolvimento de profissionais da academia será de grande valia. Nomes como Júlio Katinsky, Murilo Marx (patrimônio ambiental urbano), Haiganuch Sarian, Tânia Andrade Lima (patrimônio arqueológico) e Sandra Medina (gestão pela qualidade total), colaboradores do projeto Paranapanema, compartilharão conhecimentos com o grupo local, repetindo, de forma ampliada, uma experiência que foi altamente positiva há três anos.

264 Desenvolvimento de tecnologia para previsão de ozônio na baixa atmosfera.

Roberto Guardani
Escola Politécnica
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14157-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/5/2005

O presente projeto visa o desenvolvimento de tecnologia para previsão de teores de ozônio como poluente atmosférico na região metropolitana de São Paulo (RMSP), para ser utilizada tanto em serviços de previsão de níveis de poluição do ar, quanto na identificação de principais agentes causadores, possibilitando ações preventivas por parte do governo do Estado de São Paulo. A tecnologia a ser desenvolvida e implementada constitui-se em programa computacional simulador, que utiliza modelos matemáticos baseados em redes neurais. Tais modelos são adequados à simulação de sistemas complexos de reações químicas e de dispersão de gases, aqui considerados. Para o desenvolvimento e ajuste dos modelos matemáticos serão utilizados dados de medições de concentrações de componentes gasosos na atmosfera, bem como informações meteorológicas, provenientes da rede de estações medidoras da Cetesb na RMSP. O produto final, na forma de um conjunto de algoritmos computacionais, será posteriormente implementado para utilização no controle da poluição do ar na região considerada, podendo ser estendido para outras regiões do estado, a partir da experiência a ser adquirida com a execução deste projeto.

265 Políticas públicas e fortalecimento da cidadania – quatro experiências de busca de sustentabilidade socioambiental no nível da administração local

Pedro Roberto Jacobi
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14156-0
Vigência: 1/7/2000 a 31/1/2001

Este projeto tem como objetivo a produção e sistematização de conhecimentos relevantes para a definição e implementação de políticas públicas de significativa importância social e ambiental, a serem realizadas em parceria com quatro prefeituras do Estado de São Paulo que vêm desenvolvendo políticas inovadoras. A equipe coordenada por Pedro Roberto Jacobi (Procam/USP) e Leila Ferreira (Nepam/Unicamp) centra suas atividades nas relações entre as ações governamentais que estimulam mudanças no comportamento face ao agravamento da problemática ambiental e as práticas participativas da população. As atividades de pesquisa propostas visam desenvolver um trabalho de acompanhamento de governos locais que articulam ações orientadas para a geração de emprego e renda e de mudanças de comportamento da população na perspectiva da sustentabilidade socioambiental. Definimos quatro idéias-força para caracterizar a escolha de algumas gestões, cuja atuação se volta para parcerias que visam fortalecer as comunidades envolvidas: 1) senso de pertencimento e de constituição de engajamento em iniciativas que articulem o meio ambiente à geração de emprego e renda; 2) aumento de compromisso com a sustentabilidade socioambiental; 3) sustentabilidade econômica e social no longo prazo; 4) “empoderamento” do grupo beneficiário. Ao vincular a questão do meio ambiente às dimensões da educação para a cidadania e da sustentabilidade, define-se o processo educativo como o referencial para aumento da capacidade de compreensão dos determinantes de situações concretas e a ampliação do debate sobre os problemas gerados pela crise ambiental.

266 A distribuição *in natura* no município de Rio Claro, SP: uma análise das mudanças no ambiente institucional

Walter Belik
Instituto de Economia
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Processo 1998/14153-1
Vigência: 1/11/1999 a 31/7/2000

Segundo as diretrizes estabelecidas no documento-base do Conselho Comunidade Solidária (2ª versão, de outubro de 1996), um dos objetivos de uma política de segurança alimentar é promover a convergência de ações das entidades do governo e do assim chamado “mercado”, nas questões de abastecimento. Nesse sentido, este projeto tem como proposta analisar os processos de distribuição e